

“Um ajuste perigoso”

O setor privado não aprova a transferência de recursos para o governo, determinada pelos empréstimos compulsórios sobre automóveis, álcool e gasolina. O presidente da Bolsa Mercantil e de Futuros, Eduardo Rocha Azevedo, tachou essas medidas de “plano de estatização nacional”, considerando que as empresas públicas terão ainda maior poder de concorrência contra o setor privado. Para ele, trata-se de um “ajuste perigoso”, justamente quando o governo deveria obter esses recursos cortando seus próprios gastos.

Opinião semelhante foi dada por Nei Castro Alves, presidente da Bolsa de Mercadorias de São Paulo: “Se o setor público não fizer seu ajuste, o resultado será desastroso”. O presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes, endossa as considerações de que a poupança está sendo literalmente estatizada pelo governo. “O objetivo das medidas é em tese correto, mas estamos passando para o extremo oposto: antigamente, a indexação protegia demais a poupança, agora o governo estimula-a, mas pela via da estatização. Melhor seria incentivar o mercado acionário e tentar reverter os rendimentos hoje negativos no mercado financeiro.”

Todos os empresários consultados mostram-se céticos quanto à redução do consumo esperada pelo governo. Menezes acha que é incorreto tirar dinheiro do setor privado, ainda que, ao tomar essas medidas, o governo esteja fazendo uma autocrítica dos erros cometidos na condução do Plano Cruzado. O diretor do Moinho Pacifico, Lawrence Pih, acha que o consumo de outros produtos será ainda mais aquecido.